

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA E EPISTÊMICA¹

Adriana Carneiro¹
Carlos Eduardo Bittencourt Stange²

RESUMO

Trata-se de projeto sobre Educação, Gênero e Sexualidade numa abordagem pedagógica e epistêmica em desenvolvimento no Programa de Desenvolvimento Educacional, Formação Continuada em Rede do Estado do Paraná, PDE/PR, no município de União da Vitória com implementação prevista no Colégio Estadual José de Anchieta objetivando compreender a Educação Sexual em uma abordagem integradora intra, inter, multi e transdisciplinar nos diferentes espaços da escola considerando os referenciais de classe, gênero, etnia e diversidade sexual. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo como ponto de partida um instrumento diagnóstico investigativo sobre a compreensão e posicionamentos de Diretores, Equipe Pedagógica, Professores e Professoras e Funcionários e Funcionárias em relação a gênero e sexualidade para, à luz de Foucault (1984, 1985, 1988), História da Sexualidade vol.1, 2 e 3, definindo categorias de discussão, estruturando material didático para ser trabalhado em oficinas e grupos de estudos organizados em Projetos de Extensão Universitária, com 40 horas totais e certificação. Como resultado final, estruturar-se-á, além do material didático necessário, um artigo científico como foco disseminador das reflexões e discussões, avançando, sobremaneira, na orientação escolar sobre gênero, Sexualidade e Educação.

Palavras-chave: Educação, Educação Sexual, Sexualidade e Gênero

ABSTRACT

This is a project on Education, Gender and Sexuality in an epistemic and pedagogical approach in developing the Program of Educational Development, Continuing Education Network of Paraná, PDE / PR in the town of Union of Victoria with implementation scheduled in the State College José de Anchieta order to understand the sexual education in an integrative approach intra, inter, multi and transdisciplinary in different places of the school considering the reference class, gender, ethnic and sexual diversity. The research is characterized as qualitative, taking as its starting point an investigative diagnostic tool on the understanding and positioning of Directors Staff Educational, Faculty and Staff in relation to gender and sexuality in the light of Foucault (1984, 1985, 1988) History of Sexuality vol.1, 2 and 3, defining categories of discussion, structured teaching material to be worked out in workshops and study groups organized in Project Extended University, with 40 total

¹ Artigo apresentado ao II SIES - Simpósio Internacional de Educação Sexual. Maringá, Paraná. Abril 2011.

¹ Graduada em Pedagogia pela FAFI – Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória, Paraná. Especialização pela FAFI em Fundamentos e Teorias da Educação. Pertencente ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE do Governo de Estado do Paraná, através da Universidade Estadual do Centro-Oeste(UNICENTRO),Guarapuava, Paraná.

² Professor Orientador do Departamento de Biologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná. Mestre em Educação e Metodologia de Ensino Superior.

hours and certification. The end result will be structured, as well as teaching materials needed, a scientific article as a disseminator of ideas and focus discussions, advancing greatly in school guidance on gender, sexuality and education.

Keywords: Education, Sex Education, Sexuality and Gender

1 INTRODUÇÃO

Discutir e refletir a Sexualidade Humana na escola, sempre foi essencialmente polêmica, e podemos considerar um tema que remonta os primórdios da instituição escolar no Brasil, César (2009 p 37). As escolas brasileiras, tanto públicas como privadas, sempre mantiveram o tema Sexualidade distante de seus procedimentos curriculares e responsabilidades institucionais.

A Sexualidade é uma construção humana, histórica e cultural. E, assim contextualizada, “ela” precisa ser refletida, discutida no ambiente escolar, haja vista ser o espaço privilegiado para a construção do conhecimento historicamente produzido.

Sendo o conhecimento construído historicamente pela humanidade, constitui-se elemento essencial capaz de informar, expor ou explicar as ações humanas como resultado das relações sociais. Existe assim, a necessidade emergencial de referenciar, pesquisar, discutir e intervir na problemática dos conceitos em contraposição às “verdades” cristalizadas e não distante desta realidade, consideradas como normativas nos assuntos de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Percebe-se que uma parcela da sociedade brasileira reconhece o lugar estabelecido da sexualidade no interior das escolas, César (2009, p.38). Porém, nos últimos vinte anos, após o surgimento da epidemia do HIV/AIDS e o reconhecimento da gravidez de jovens em idade escolar, a sexualidade se consolidou como lugar de fala em torno à idéia de prevenção.

Com a finalidade de melhor se compreender a sexualidade humana, sua expressão social e a condição do indivíduo sexualmente ativo na sociedade, Foucault (1984) em sua obra de três volumes, História da Sexualidade, (1976 – 1984), em seu primeiro volume, A Vontade de saber apresenta-nos a sexualidade como uma criação discursivo-institucional, sendo essa, o controle dos indivíduos e

corpos, “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico...” (FOUCAULT, 1984).

Segundo Foucault, o sexo e as práticas sexuais se comportavam como dispositivos da sexualidade, pois o que estava em jogo seria uma rede estabelecida de saber-poder atuando em corpos e sujeitos, o sexo era usado como um discurso sistêmico que poderia tanto produzir um discurso verdadeiro sobre o sexo como por sua vez, poderia se calar, produzindo assim as normalizações e modos de vida. (Foucault, 1988, p 54).

Percebe-se, no interior das escolas, o interesse dos profissionais em refletir e discutir sobre a sexualidade humana em âmbito pedagógico, se não assim dizendo “epistêmico”, considerando que devemos superar a idéia apenas de tratar a sexualidade humana como prevenção.

Acredita-se que a presença das discussões sobre sexualidade na escola, pode se traduzir na função de reproduzir o dispositivo de “controle dos corpos”. (César, 2009, p 47), assim como em paradigma biopolítico de controle da vida, pois foi na instituição escolar que se instauraram historicamente os dispositivos disciplinares e de poder sobre os corpos de crianças e jovens.

Sendo assim, a presente proposta visa assegurar um espaço de discussão, reflexão, e ação para docentes, equipe pedagógica, direção, funcionários/as, onde todas/os possam questionar obter esclarecimentos, informações, contribuindo para o alívio de suas ansiedades, podendo assim, agir, decidir, planejar com responsabilidade as ações pedagógicas no ambiente escolar.

A partir da perspectiva de valores para a vida, todas as discussões em termos de ambiente escolar, vislumbram de certa forma argumentações reflexivas, que auxiliem a contenção da sexualidade como valor para a vida.

2 RECORTES NA HISTORIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Através de um panorama histórico da sexualidade nas sociedades ocidentais, a partir do reconhecimento de que as culturas mitológicas, filosóficas e culturais da Antiguidade Clássica, marcante da Grécia, apresentam-se o cenário de influências na forma como nós, ocidentais, constituímos a vida em sociedade, e elaboramos,

organizamos o conhecimento científico, humanístico e civilizatório até os dias de hoje.

Considerando a Grécia como berço da civilização ocidental e tomando como referência produções filosófico-literárias do mundo antigo que nos embasa a cerca de nossas compreensões das idéias e significados sociais de sexo e sexualidade através dos tempos, referenciamos as obras de Nunes (2006) ao relacionar os marcos da Antiguidade Clássica e a constituição das concepções de sexo e sexualidade.

[...] Não há como considerar a trajetória da civilização ocidental, em suas múltiplas expressões, sem o compêndio da cultura mitológica, filosófica e cultural da Grécia, como a síntese de todas as formas culturais do mundo antigo. A Grécia representa uma das mais importantes culturas da sociedade e civilização humana que, nesta aurora civilizatória, constituíram as principais matrizes da condição humana em sociedade (NUNES, 2006, p.10).

Percebe-se um grande interesse em uma parcela de pesquisadores em analisar a identidade da Educação Sexual no Brasil, seus aspectos históricos, políticos e institucionais argumentando os caminhos para a produção social de uma sexualidade mais responsável, autônoma, libertária, enfim, uma educação sexual emancipatória.

No entanto, “a ocidental idade criou um modo de ser e pensar o sexo e a sexualidade baseada numa cultura cristã e construiu uma scientia sexualis, ou seja, uma ciência sexual, determinada pela vontade de tudo saber sobre sexo para melhor controlá-lo”. (FOUCAULT, 1988).

Estabelecendo um paralelo, entre culturas orientais e ocidentais, as culturas orientais basearam-se numa ars erótica, ou arte erótica, que se caracteriza por formas de iniciação ao prazer e a satisfação sexual, como o Kama sutra, o Kundalini, o Tantrismo, entre outras, voltadas para o conhecimento das possibilidades do corpo e da psique integrados na busca do prazer e máxima satisfação da sexualidade.

Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado. Como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer e, portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua

duração, suas reverberações no corpo e na alma. [...] Os efeitos dessa arte magistral, bem mais generoso do que faria supor a aridez de suas receitas, devem transfigurar aquele sobre quem recaem seus privilégios: domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças (FOUCAULT, 1988, p. 57)

Percebe-se que, nossa cultura ocidental, não cultivou a arte erótica; ainda mais do que isso, não considerou as culturas aqui existentes, e que, de alguma maneira, na sua originalidade, percebiam, lidavam, com a sexualidade de forma prazerosa e sem repressão.

Nossa civilização, pelo menos, à primeira vista, não possui ars erótica. Em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma scientia sexualis. Ou melhor, só a nossa desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão (FOUCAULT, 1988, p. 57-58).

Com a finalidade de melhor se compreender a sexualidade humana, sua expressão social e a condição do indivíduo sexualmente ativo na sociedade, Foucault (1984) em sua obra em três volumes, História da Sexualidade, (1976 – 1984), em seu primeiro volume, A Vontade de saber apresenta-nos a sexualidade como uma criação discursivo-institucional, sendo essa, o controle dos indivíduos e corpos. Para Foucault,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1984).

Compreende-se que esse fato traduz exatamente o que inspirou nossa “primeira educação sexual no Brasil”, com a chegada dos europeus ao país colonial. Os jesuítas demonstravam um despreço à nudez dos índios e índias, caracterizavam um absurdo suas relações sexuais desprovidas de pudores e interditos.

Salienta-se que, os primeiros portugueses que aqui chegaram, no período pré-colonial, na ausência de mulheres brancas, tomavam as índias para os seus “deleites” sexuais. O fato, porém, não agradasse em nada aos jesuítas, favoreceu as práticas sexuais no início da colonização. Destaca-se, a construção histórica da sexualidade colonial brasileira, a presença de três matrizes sexuais: o modelo sexual hegemônico dos donos do poder, representado pela moral judaico-cristã fortemente marcada pela sexofobia; e os modelos periféricos, indígena e africano, dominados por multifacetada pluralidade cultural e grande permissividade relacional. (NUNES; SILVA, 2000. p 55).

Os documentos da Igreja, normatizadores das práticas sexuais na Colônia, podem ser compreendidos como a primeira tentativa de educação sexual em nossa história brasileira. Na Colônia, consistia tarefa de cada habitante, acatar a norma religiosa e moral, podendo sim, transgredi-la.

Os jesuítas foram os primeiros a criar um espaço institucional, bem definido e rigidamente delimitado, para o tratamento das crianças brasileiras, que eram predominantemente formadas pelos índios, que aqui viviam como que num paraíso, senhores nativos das terras e das águas, onde corriam livres desfrutando uma liberdade jamais experimentada por estes que vieram catequizá-los ou ensinar-lhes o bem, através de castigos físicos e proibições morais (NUNES; SILVA, 2000. p.55).

A Igreja com suas visitas inquisitoriais vislumbram a sexualidade confundindo-se com o casamento e conseqüentemente legitimando-se nele. Assim, o sexo era tolerado apenas para a procriação. Com a presença da inquisição, em sua totalidade, de forma vigilante e violenta, transformou os colonos brasileiros em “animais confessantes.” Quando situados no leito conjugal ou no ato amoroso, diante de tanto temor, os colonos brasileiros confessavam até os pensamentos.

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade(...) se comparados com os do século XIX.(...)Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-se, inteiramente na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se

como modelo, faz reinar a norma. Detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. (FOUCAULT, 1988, p.9).

Michael Foucault, em sua obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1976) informa que o homem ocidental tornou-se um animal confidente. Na obra *Os anormais – 1975/1976 –* (2001), apresentam uma genealogia do homem de desejo a partir da confissão cristã. O significado do confessar para Foucault, nessas obras, apresenta-se como uma crítica às ciências humanas, em especial, à psicologia de abordagem psicanalítica, por fazerem uso da confissão (poder) como estratégia fundamental de controle, classificar o desejo (sexual) como conteúdo privilegiado e, ainda, fomentarem a produção de verdades relativas ao indivíduo como um objetivo a ser alcançado.

Acredita-se na idéia de que, nessas e noutras obras publicadas entre as décadas de 70 e 80, a verdade das ciências humanas constitui-se a partir dos efeitos de verdade advindos de relações de poder que, ao mesmo tempo em que admitem e qualificam alguns discursos como verdadeiros, rejeitam e desqualificam outros tantos como falsos. E isso se deve ao fato do objeto dessas ciências tratarem-se do indivíduo historicamente constituído e produzido.

Para Michael Foucault, o sexo e as práticas sexuais se comportavam como parte do chamado dispositivo da sexualidade, pois aquilo que estava em jogo seria essencialmente uma rede estabelecida de saber-poder atuando sobre os corpos e populações ao produzir normatizações, heteronormatividades e modos de vida. O sexo foi delimitado como um ponto de junção fundamental entre o corpo e as práticas de controle das populações no século XIX. Com esse processo de estabelecimento de fronteiras, a sexualidade foi o instrumento de separação que criou delimitações entre práticas sexuais bem educadas e as demais, que ocupariam lugar indefinido ou bem demarcado para além das fronteiras da normalização.

Percebe-se que os trabalhos científicos e historiográficos a respeito da Educação Sexual em nosso país são demasiadamente escassos, senão, ausentes. Não há uma tradição de trabalhos científicos e de pesquisa sobre Sexualidade e Educação Sexual em nosso país; ao contrário, o que podemos encontrar com certa raridade, são estudos muito recentes.

[...] há necessidade de estudos que resgatem algumas perspectivas sobre a história da educação sexual e sobre as tentativas históricas de institucionalizá-la. [...] A educação sexual no Brasil não conta com uma historiografia bem explicitada (NUNES; SILVA, 1999, p.172).

Em Nunes (1996) “Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar”, encontramos uma análise crítica dos pressupostos filosóficos e dos fundamentos éticos dos discursos e concepções acerca da relação entre Sexualidade e Educação, presentes nos programas hegemônicos de Educação Sexual, nos meados do ano de 1980, no Brasil.

3 ESCOLA, ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA DISCUSSÕES?

A tarefa de realizar uma análise crítica e científica da sexualidade humana constitui uma tarefa difícil da pesquisa em Ciências Humanas por se tratar de uma área de investigação muito recente.

Compreender o mundo como realidade dinâmica, a partir das condições materiais e históricas privilegiando sua gênese social e material, considerando as relações mais do que as individualidades formais são as categorias e o suporte fundamental para a análise dialética (NUNES, 1996, p. 4).

Assim, Nunes (1996), a investigação sobre sexualidade se constituiu de maneira específica e em diferentes épocas históricas pautando as reflexões do autor, através de uma incursão na pesquisa de Foucault (1926-1984), compartilhamos com a idéia, por acreditar que suas categorias fornecem elementos que permitem visualizar as conformações históricas das práticas e dos discursos sobre sexualidade e ainda apontam possibilidades de comparações metodológicas. Para Nunes (1996), o pensamento de Foucault provocou uma profunda transformação nas bases de análise do poder nas sociedades atuais.

As proibições, os discursos consumistas e, propriamente, a banalização da sexualidade é, na visão de Foucault, variantes da repressão histórico-institucional sobre a dimensão da sexualidade. Não revestimos a sexualidade da compreensão erótica, antropológico-mística, mas sim revestimos a vida social de uma ausência desta

plenitude que se traduz e se materializa em normas, controles, interditos, repressões (NUNES, 1996, p. 10).

Para dar visibilidade à temática, podemos nos fundamentar em César (2009), que, em sua contribuição “Gênero, sexualidade e educação: notas para uma Epistemologia” analisam os principais caminhos “epistemológicos” que os discursos sobre sexualidade e o gênero percorreram na instituição escolar ao longo de quase um século.

Gênero e sexualidade na escola, afinal, do que se trata nessa interpelação? Quais os significados das abordagens sobre estes temas no universo escolar? Quais filiações ou traços epistemológicos são utilizados numa abordagem dessa natureza? Por que tratar os temas gênero e sexualidade na instituição escolar? De certa maneira, uma parcela da sociedade brasileira reconhece o lugar estabelecido da sexualidade no interior da escola. Nos últimos vinte anos, após o surgimento da epidemia do HIV/AIDS e o reconhecimento da gravidez de jovens em idade escolar, a sexualidade se consolidou como lugar de fala em torno à idéia de prevenção. Entretanto, essa história não se iniciou na década de 1990. Na Europa e em suas colônias espalhadas pelo mundo, a preocupação com a sexualidade nas escolas remonta o século XIX, quando a vida regrada dos colégios estabeleceu um conjunto de regras sobre o corpo de jovens e crianças. Michel Foucault descreveu os colégios europeus do século XVIII como verdadeiras maquinarias em permanente estado de alerta. (CÉSAR, 2009).

Para Foucault (1984) os mecanismos de poder se instauraram nos bancos escolares antes mesmo de uma contemporaneidade:

O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios [...], os regulamentos elaborados para vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 1984, p. 30).

De acordo com César (2009), é possível que história da sexualidade em nosso país tenha uma origem e desdobramentos com os quais não desejamos mais ter qualquer familiaridade, mas certos desdobramentos dessa história são ainda exemplos de exclusão e violência em torno das práticas sexuais não normativas.

Compreende-se que, a educação sexual no contexto escolar contemporâneo possa ser um espaço para entendermos a história da sexualidade do ponto de vista dos nossos mecanismos de exclusão e de produção da norma sexual, de modo que

possamos resistir aos mecanismos de produção e reprodução da norma. Com isso, a educação sexual nas escolas será, antes de tudo, um ato político, e assumirá sua responsabilidade social definitivamente. (CÉSAR, 2009)

Com a intenção de referenciar a pesquisa em caminhos “epistemológicos”, retornamos à história e ao conceito de sexualidade, definida por Michel Foucault, acreditamos ser esse um caminho importante para pensarmos sobre a sexualidade na educação.

Sob esse modo de pensar a presença da sexualidade na escola pode perfeitamente se traduzir na função de reproduzir o dispositivo de controle dos corpos, assim como em paradigma biopolítico de controle da vida, sendo a instituição escolar responsável por se instauraram historicamente os dispositivos disciplinares e de poder sobre os corpos de crianças e jovens.

Helena Altman (2001) em sua análise dos PCNS, amparada pelo referencial foucaultiano, acredita que estes documentos provocam uma incitação ao discurso sobre o sexo na escola, produzindo assim, uma verdadeira explosão discursiva. Percebe-se de acordo com Altman (2001) que, a proposta pressupõe de acordo com os temas transversais, “a orientação sexual deve impregnar toda a área educativa”. Com isso, concorda-se com Foucault quando este afirma que, são por meio da incitação ao discurso do sexo que se instauram mecanismos de controle sobre os corpos dos indivíduos, exercidos não somente dentro de um sistema de punições e proibições, mas, especialmente, por meio de mecanismos que produzem sujeitos e seus corpos sexuados.

De acordo com César, que aborda sobre a implantação e constituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é na instituição escolar que percebemos os limites e contradições das abordagens sobre sexualidade:

Tal produção se dá no sentido do exercício do controle sobre a forma ideal de viver a sexualidade, isto é, de forma normativa, tendo em vista as práticas sexuais monogâmicas, heterossexuais e reprodutivas. As análises realizadas sobre os PCNS demonstram que estes assumem uma abordagem preventiva e, neste contexto, prevenir as práticas sexuais de “risco” seria a tônica normativa na construção de uma forma ideal de sexualidade. (CÉSAR, 2009).

Reporta-se ainda ao fascículo Relações de Gênero, e percebem-se nos objetivos, suas intenções:

[...] combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que é dificultado pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas (BRASIL, 2000, p. 144).

Para além das questões de gênero, encontra-se nos recortes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que “dentro da escola articula-se, portanto, com a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. A existência desse trabalho possibilita também a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS de forma mais eficaz” (BRASIL, 2000, p. 114). Pois, “a discussão sobre a inclusão da temática sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo graus se justifica por ser considerada importante na formação global do indivíduo” (BRASIL, 2000, p. 111).

As citações apresentam preocupações com ações preventivas a doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, ao abuso sexual e à gravidez indesejada. Segundo os PCNS, o trabalho de Orientação Sexual evita tais problemas. O interessante é que prevê uma postura a ser adotada pelos profissionais da educação frente às manifestações da sexualidade da criança e delimita a atuação do educador nesse campo independente da sua área de formação, o que me transmite não ser a mais correta das abordagens no tratamento da sexualidade como tema transversal.

Entende-se assim que, o fato da sexualidade ser inerente ao ser humano, à forma intuitiva de lidar com ela já estaria pronta e acabada no professor, que deve ser cuidadoso para não reprimir, não discutir sobre a sexualidade. Em uma parte do texto diz, que “o trabalho de Orientação Sexual é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho” (BRASIL, 2000, p. 121), seria então fornecer uma determinada “autonomia” ao aluno para fazer escolhas (estaria o texto referindo-se à opção sexual?), que visivelmente se assemelham a uma ausência de direcionamento por parte do professor, que por sua vez se acomoda devido à ausência de formação.

Porém, a linguagem do documento é contraditória, pois, ao mesmo tempo em que diz ser proposta de ação-intervenção do professor para com seus alunos, aborda que o professor deve deixar que cada um dos alunos escolha seu caminho, isto é, o professor acaba sendo impedido de exercer aquilo que lhe foi designado: ensinar e intervir na relação pedagógica. Referindo-se à postura do educador, destacam-se mais uma contradição importante.

É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema (BRASIL, 2000, p. 123).

Se o professor deve ter formação específica, supõe-se que ele tenha formação em Educação Sexual? Questiona César (2009). No entanto em seguida, é apontado que o professor então precisa ter contato com questões teóricas, como se dissesse um passar de olhos em textos que abordassem a sexualidade, para que possa “intervir” junto aos alunos. Percebe-se, no documento, uma confusão entre posicionamento pessoal do professor com ausência de ética. No meio de tamanho emaranhado de conceitos e linguagem contraditórios, muitos limites precisam ser apontados e muitos argumentos questionados.

Entende-se que, o tratamento da sexualidade deve deixar de ser transversal e passe a ser curricular. Precisa-se incluir sexualidade nos currículos das escolas. A complexidade da sexualidade exige uma formação teórico-metodológica, senão epistemológica profunda apoiada em diversas áreas das Ciências Humanas como a filosofia, a história, a sociologia, a antropologia, a psicologia, pedagogia e com aporte das Ciências Biológicas.

Para que se possa entender o equilíbrio almejado, as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná nos remete a uma possibilidade.

A Sexualidade deve ser entendida como uma construção social, histórica e cultural e precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo. O trabalho educativo com a Sexualidade insere-se nas diversas disciplinas do currículo por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica. Esse encaminhamento pedagógico considera os referenciais de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. (SEXUALIDADE/SEED, 2008, p.6).

Porém, sendo um conteúdo da diversidade na escola, o que se percebe, é que a Sexualidade não é abordada com naturalidade em salas de aulas. Assim, há emergencialmente necessidade de se discutir no âmbito escolar especificamente salas de aula a temática da Sexualidade.

... Voltar o olhar para o espaço escolar propriamente dito, uma vez que a instituição escola que conhecemos (e na qual muitos/as de nós trabalhamos) esteve, ao longo do tempo e nas diferentes sociedades e culturas ocidentais modernas, envolvida com projetos de formação de determinados tipos de pessoas ou de identidades sociais: bons cristãos; bons trabalhadores, bons cidadãos e estes termos não significavam exatamente as mesmas coisas quando essa educação escolar era dirigida para homens ou mulheres ou era desenvolvida em tempos e espaços diversos. Esta função “formativa” da escola parece ter sido bem mais importante do que a mera transmissão de determinados conhecimentos em sentido estrito, e é esse seu envolvimento com a produção de identidades sociais que faz com ela continue sendo, ainda hoje, um espaço institucional constantemente disputado pelas mais diferentes vertentes políticas e por distintos movimentos sociais. (MEYER, 2007).

Reconhece-se que, na maioria das vezes, a formação teórico-metodológica inicial da maioria das professoras e dos professores não possibilita a aquisição de concepções mais críticas sobre a sexualidade. Ressalta-se que, como educadoras e educadores, somos antes de tudo sujeitos epistêmicos em busca constante de aprofundamento teórico-prático e de ruptura com as formas superadas e descontextualizadas das ciências.

4 SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS E IGUALDADE DE DIREITOS

Freqüentemente observa-se a diferença entre os termos homossexualidade e homossexualismo. Em relação a isso, vale ressaltar que o sufixo ismo se referia, em meados do século XIX, a tipos específicos de doença e foi utilizado pelo discurso médico para identificar o sujeito homossexual. Hoje não faz mais parte do CID, Código Internacional de Doenças.

Para muitas pessoas o uso de homossexualismo ou homossexualidade, a linguagem sexista ou expressões pejorativas direcionadas a pessoas pertencentes a

outros grupos étnicos, por exemplo, não é expressão de uma prática preconceituosa, pois, segundo elas, não representam intencionalidade.

Quando se reflete na homossexualidade e nas questões de gênero, sabe-se que se trata de direitos humanos, de pessoas que têm seus direitos garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil tratando da promoção do bem estar de “todos”, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Muito embora a Constituição Federal de 1988 não contemple a discriminação em relação à orientação sexual, em seus artigos 3º e 5º, pode-se entender que esta categoria de análise está implícita ao tratar da igualdade de direitos entre todos os seres humanos:

Art. 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º - I - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

III – Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra dos cidadãos (...).

Como profissionais da educação deve-se perceber que as diferenças existem sim, e são a partir delas que as identidades da outra pessoa são construídas e os diferentes grupos fazem-se perceber no mundo. Precisa-se destacar a importância da abordagem pedagógica mais crítica da Educação Sexual em sala. Refletindo sobre o tratamento que é dado à orientação sexual (homo, hetero e bissexualidade), percebe-se o quanto à interferência de um currículo atento à formação escolar e à construção do sujeito social (e sexuado) é válido para problematizar pré-conceitos e atitudes discriminatórias.

De acordo com o Caderno Sexualidade:

Ao se pensar no ambiente escolar atual e na convivência de diferentes grupos sociais, fica evidente o surgimento de conflitos e idéias contrastantes a respeito de assuntos ligados aos variados grupos. No que se referem à sexualidade, as discussões sejam talvez as mais polêmicas por envolverem muito mais que conceitos científicos diversos: referem-se, muitas vezes, a conceitos dogmáticos, especulativos, preconceituosos, limitados e conservadores, que, aliados a uma formação incipiente por parte das/os educadoras/es, gera a apropriação de um currículo que geralmente ignora, trata com superficialidade ou desconsidera tal perspectiva. (Curitiba: SEED – PR, 2008. - 216 p).

Algumas pessoas agem como se a homossexualidade deixasse de existir. Finge-se que não se percebe os “ditos diferentes” meninos e meninas. Gays e Lésbicas são tratados como assexuados. Muitos agem como afirma Foucault (1988, p.10): “Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar”. Os alunos ou alunas “diferentes” são tratados com risinhos, piadinhas, ou fofocas no interior da escola, tanto por professores e professoras como por colegas indesejados ou ridículos.

A realidade que se percebe é que não se discute o assunto no espaço escolar para não dar conotação de preconceito e discriminação. E o pior se caracteriza, de forma que, os risinhos, as piadinhas e cochichos sobre o assunto não fossem sinais de preconceitos e discriminações.

Percebe-se que, um trabalho assumido como princípio a diversidade sexual na escola, marca a entrada em um “campo epistemológico” desconhecido, na medida em que a “epistemologia” reconhecível é a do sistema heteronormativo de correspondência entre sexo e gênero.

O trabalho nas escolas com a diversidade sexual pressupõe um conhecimento de professores e professoras que, deverão adentrar uma nova lógica do dê (conhecer), e jamais o trabalho deverá ser pautado pela pergunta formulada ao especialista sobre a normalidade das práticas e discursos sexuais.

Afirma-se, por fim que gênero, sexualidade, educação, educação sexual e diversidade sexual se referem às práticas de liberdade, na medida em que os limites de nosso pensamento precisarão ser entendidos e transcendidos em nome de outras possibilidades do conhecer e do amar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, Helena. **“Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais”**. IN: Revista de Estudos Feministas, ano nove, 2º. Semestre, 2001
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Vol. 10 – Pluralidade Cultural e Educação Sexual**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **“Gênero, Sexualidade e Educação: notas para uma “Epistemologia”**. .Educar em Revista, Curitiba, nº35, p.37-5. Editora UFPR, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. A vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **História da Sexualidade. O Uso dos Prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisa Técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **História da Sexualidade. O Cuidado de Si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão Técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MEYER, Dagmar E.E. **Gênero e educação: teoria e política. In Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. 7. Ed. Campinas: Páris, 1987.
- _____. **Educar para a emancipação**. Florianópolis, SC: Sophos, 2003.
- _____. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. 1996. 330 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**. Campinas, SP.
- PARANÁ. **Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas. E Programas Educacionais. Departamento da Diversidade**. – Curitiba: SEED – PR, 2008. - 216 p. - Caderno Sexualidade.